

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS E ECONOMIA

# Impacto da Crise do *Subprime* na Provisão do Risco de Crédito dos Maiores Bancos Nacionais

*Impact of the Subprime Crisis in the Provision of Credit Risk of Major National Banks*

*Impacto de la Crisis del Subprime en la Provisión para el Riesgo de Crédito de los Mayores Bancos Nacionales*

Jorge Ribeiro de Toledo Filho<sup>1</sup>

Adriana Kroenke<sup>2</sup>

Ari Sothe<sup>3</sup>

Recebido em 11 de novembro de 2008 / Aprovado em 08 de julho de 2009

Editor Responsável: Evandir Megliorini, Dr.

Processo de Avaliação: *Double Blind Review*

## RESUMO

As instituições financeiras estão diretamente expostas ao risco de crédito, que é o risco de o tomador não cumprir com suas obrigações, ou seja, com o pagamento das dívidas nos seus prazos estabelecidos. Para tanto, os bancos fazem as provisões para este tipo de risco, que constam de seus balanços. Em 2006/2007 houve o impacto de uma nova crise financeira que se espalhou pelo mundo, conhecida como a crise do *subprime*. O objetivo deste estudo é analisar se as provisões para risco de crédito aumentaram após o início da crise do *subprime* nos dez maiores bancos nacionais, selecionados de acordo com os seus ativos totais. Para responder a essa questão, foram analisados os balanços patrimoniais de cada um

desses bancos no período de 2005 a 2007. Esta pesquisa se caracteriza, quanto aos objetivos, como descritiva e, quanto aos procedimentos, como documental. Quanto à abordagem, caracteriza-se como qualitativa. Os resultados apontam que a crise do *subprime* gerou pouco impacto na provisão dos riscos de crédito das instituições analisadas. Identificou-se um ligeiro aumento nos índices de provisão no auge da crise em 2006. Em 2007 esses percentuais diminuíram, provavelmente devido à estabilidade econômica do país e da estagnação da crise do *subprime* naquele ano, pelo menos em seu reflexo no Brasil.

**Palavras-chave:** Bancos. Risco de crédito. Crise *subprime*.

1. Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP. Professor da Universidade Regional de Blumenau - FURB. [jtoledo@furb.br]
  2. Mestranda em Ciências Contábeis na Universidade Regional de Blumenau - FURB. [akroenke@al.furb.br]
  3. Mestrando em Ciências Contábeis na Universidade Regional de Blumenau - FURB. Professor da Sociedade Educacional Itapiranga. [ari\_sothe@yahoo.com.br]
- Endereço dos autores: Rua Antonio da Veiga, 140 Blumenau - SC Cep. 89010-971 - Brasil

**ABSTRACT**

Financial institutions are directly exposed to the credit risk, that is, the risk of the borrower not fulfill with their obligations, paying their debts in its stated periods established previously. The banks predict this type of risk, including them in their balance-sheets. In 2006/2007 there was the impact of a new financial crisis that spread around the world, known as the crisis of subprime. The objective of this study is to analyze if the provisions for credit risk or liquidation increased the sprouting of the crisis of subprime in ten major national banks, chosen accordant to their total assets. To answer this question, the balance-sheets of each one of these banks in the period of 2005 to 2007 were analyzed. This research is characterized, as for its objectives, as descriptive and as for the procedures as documentary research. It is also characterized as having a qualitative approach. The results show that the crisis of subprime has caused little impact in the credit risk provision of the analyzed institutions. It was noticed a slight increase in the provision indicators at the peak of the crisis in 2006. These percentages were reduced in 2007, probably reflecting the economic stability of Brazil and the stagnation of the crisis of subprime in that year, at least in relation to in our country.

**Key words:** Banks. Credit risk. Subprime crisis.

**RESUMEN**

Las instituciones financieras están directamente expuestas al riesgo de crédito, que es el riesgo de que el prestatario no cumpla sus obligaciones, o sea, el pago de sus deudas en los periodos previamente establecidos. Para este tipo de riesgo los bancos establecen provisiones que constan en sus balances. En 2006/2007 sobrevino el impacto de una nueva crisis financiera que se expandió por el mundo, denominada crisis del *subprime*. El objetivo de este estudio es analizar si las provisiones para el riesgo de crédito aumentaron después del inicio de la crisis del *subprime* en los diez mayores bancos nacionales, seleccionados de acuerdo con sus activos totales. Para responder a esta cuestión se

analizaron los balances patrimoniales de cada uno de estos bancos en el período 2005-2007. Esta investigación es descriptiva en cuanto a los objetivos, documental en cuanto a los procedimientos y cualitativa en cuanto a su planteamiento. Los resultados demuestran que la crisis del *subprime* causó poco impacto en las provisiones para el riesgo de crédito de las instituciones analizadas. Se identificó un ligero aumento en los índices de provisión en el auge de la crisis en 2006. En 2007 estos porcentajes disminuyeron, probablemente por la estabilidad económica del país y por el estancamiento de la crisis del *subprime* en ese año, por lo menos en sus reflejos en Brasil.

**Palabras clave:** Bancos. Riesgo de crédito. Crisis *subprime*.

**1 INTRODUÇÃO**

Fazendo uma análise temporal, é possível perceber que tudo evolui. Essa evolução se dá em função de vários fatores como, por exemplo, o pensamento humano. A cada dia, a humanidade está à procura de melhores condições de vida. Isto impulsiona todos os setores da economia, provocando também o desenvolvimento das instituições financeiras.

Em função do desenvolvimento da sociedade, os bancos necessitam aprimorar seus serviços, ampliando a quantidade de empréstimos ou financiamentos, ou seja, a concessão de crédito. De acordo com Silva (1988, p. 22), “conceder crédito, numa empresa comercial, industrial ou agrícola, significa vender seus produtos, transferindo a posse deles mediante promessa de pagamento futuro”. No caso dos bancos, que concedem crédito a empresas e indivíduos, desempenham papel fundamental, pois o crédito é o combustível impulsiona a economia.

É importante destacar que durante o processo de concessão de crédito podem ocorrer eventos inesperados, fazendo com que os tomadores não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos. Portanto, é necessário que as instituições financeiras tenham consciência desse risco, de modo

que passem a gerenciá-lo por meio das provisões para risco de crédito.

Marion (1998) destaca que a legislação do imposto de renda estabelece que a provisão de créditos de liquidação duvidosa (neste trabalho denominado provisão de riscos de crédito) será a suficiente para absorver as perdas prováveis que ocorrerão no recebimento dos créditos existentes ao fim de cada período.

Desta forma, o mesmo autor (1998, p. 244), complementa que “o parâmetro aceito é a porcentagem obtida, nos últimos três anos, entre duplicatas não liquidadas e o total das duplicatas a receber no final desses 3 anos”.

Assim, a provisão para riscos de crédito leva em consideração eventos futuros que podem gerar inadimplência e comportamentos históricos das carteiras de clientes.

A economia mundial cresceu consideravelmente no período de 1980 a 2000, apesar das crises econômicas. Em 1987 ocorreu a crise denominada como outubro negro, na qual o Índice Dow Jones caiu 22%, em 1997 ocorreu a crise da Ásia, em 1998 a crise da Rússia, em 1999 ocorreu uma crise no Brasil caracterizada pela mega-desvalorização do Real e, em 2004, a crise da Argentina. Atualmente, se arrasta, desde 2007, a crise do *subprime* que se caracteriza pela supervalorização e posterior desvalorização dos imóveis nos Estados Unidos (BM&F...,2008).

De acordo com Greenspan (2008), “a atual crise financeira nos Estados Unidos provavelmente será vista em retrospecto como a mais dolorosa depois da 2ª Guerra Mundial (1939-45)”.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo analisar se as provisões para risco de crédito ou liquidação duvidosa aumentaram após o surgimento da crise do *subprime* em 2007 nos dez maiores bancos nacionais.

Para esse efeito, realizou-se um estudo documental nos relatórios de administração de cada um dos dez bancos selecionados. Foram analisados os balanços patrimoniais de 2005, 2006 e 2007. Este estudo verifica a posição dos dez maiores bancos nacionais em relação ao risco de crédito após a crise do *subprime*, bem como sua preocupação com os efeitos desta crise.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção será apresentado um referencial teórico com definições indispensáveis para que o leitor possa se situar diante do tema pesquisado. Este referencial abrange conceitos de crédito e risco de crédito, apresenta o mercado de crédito bancário, o acordo de Basileia e a crise do *subprime*.

### 2.1 Crédito e risco de crédito

Crédito significa colocar um determinado valor à disposição de outra pessoa, ou seja, um tomador desses recursos, sob a forma de empréstimo também conhecido como financiamento. Este é realizado com o compromisso de pagamento em data futura.

Schrickel (1994, p. 25) afirma que “pelo fato desta concessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento de volta da parte concedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada à noção de risco”.

Ao realizar um empréstimo, pressupõe-se que o devedor cumpra os prazos estabelecidos, porém, há um risco atrelado ao processo de concessão de empréstimos de que o devedor por algum motivo não cumpra os prazos, o que torna a dívida maior com acréscimo dos juros.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2002, p. 443) afirmam que “conceder crédito implica proceder o recebimento do valor do crédito em época futura, o que torna necessária a emissão de documento que será o instrumento de cobrança”.

É indispensável que a pessoa física ou jurídica que concede o empréstimo tenha alguma garantia que permita cobrar posteriormente o valor concedido em caso de inadimplência, e essa garantia é justamente um documento elaborado e assinado no ato da concessão do crédito.

Risco de crédito segundo Crouhy, Galai e Mark (2004, p. 34) “é o risco de que uma mudança na qualidade do crédito de uma contraparte afetará o valor da posição de um banco”. O risco de crédito ocorre quando se trata de um ativo concedido e a sua reposição poderá não ocorrer.

Conforme Caouette et al. (1999), o risco de crédito é a possibilidade de que o cumprimento destes prazos não ocorra, ou seja, há a possibilidade de incorrer em perdas quando as obrigações do tomador não são liquidadas nos prazos pactuados.

Marshall (2002, p. 19) afirma que “riscos de crédito são flutuações de valores de lucro líquido ou ativo líquido resultantes de um determinado tipo de evento externo – a inadimplência de uma contraparte, de um fornecedor ou de um tomador”.

Saunders (2000, p. 102) destaca que “há risco de crédito porque os fluxos de caixa prometidos pelos títulos primários possuídos por Instituições Financeiras podem não ser pagos integralmente”. Ou seja, existe a possibilidade de não retornar à concedente o valor acordado.

O risco de crédito se materializa por meio da provisão para perdas com clientes que se configura pela incerteza do pagamento pelo devedor (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Os mesmos autores apresentam duas formas de tratamento dessas perdas, o *método direto* em que as contas não recebidas são contabilizadas no resultado e o *método de provisão* em que se constitui uma conta de redução do valor dos direitos não recebidos.

Destacam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 347) que “no *método de provisão*, a receita é ajustada com a abertura de uma conta de avaliação denominada *provisão para devedores duvidosos*”. Esta metodologia pressupõe que um percentual dos devedores não realizará o pagamento, reduzindo-se assim o saldo dos créditos por meio da conta provisão para devedores duvidosos.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 347) ressaltam que “a estimativa da provisão para devedores duvidosos é mais precisa quando se baseia na idade e nas características das contas que ainda não foram pagas na data do balanço e nas probabilidades estimadas de pagamento”. É importante uma análise dos créditos a curto e longo prazo, merecendo uma separação entre valores vencidos, a vencer a curto e longo prazo e as características individuais de cada modalidade de crédito.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 97) “a apuração do valor da provisão pode variar, pois cada empresa pode ter aspectos peculiares a respeito de seus clientes, ramo de negócios,

situação do crédito em geral e a própria conjuntura econômica do momento”. Todos os fatores devem ser reconhecidos para uma estimativa adequada dos valores a serem provisionados.

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 98), “as instituições financeiras são as entidades que possuem maior exposição ao risco de crédito por causa de suas atividades operacionais”.

Na formação da conta provisão para créditos de liquidação duvidosa é necessário que seja constituída por meio de uma análise detalhada e criteriosa dos valores que compõem a carteira de crédito da empresa. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 99) destacam que “tais critérios são excelente instrumento de gerenciamento da PCLD de quaisquer sociedades, não só as Instituições Financeiras, desde que com valores relevantes de contas a receber em seus ativos”.

O Banco Central do Brasil (1999), por meio de sua Resolução nº 2.682, “dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa”. Por meio desta resolução, o Banco Central determina a classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco, enquadrando as operações em oito níveis de risco, sendo constituídos os créditos de liquidação duvidosa de acordo com o nível em que se enquadra cada carteira. Desta forma, nos oito níveis, os riscos variam de 0,5% a 100% sendo necessário que a instituição efetue a provisão sobre cada crédito de acordo com o nível e percentual que se enquadra.

## 2.2 Mercado de crédito bancário

A gestão de risco de crédito vem demonstrando sua importância com o passar do tempo, pois crédito, conforme Santos (2000, p. 15) “é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes”.

O crescimento da economia mundial impulsionou para a aceleração de investimentos e, conseqüentemente, para concessão de crédito. Essas mudanças na economia também levam à inadimplência que tornam as instituições financeiras frágeis.

O Comitê de Basileia responsável pela Supervisão Bancária aponta que a “fragilidade no sistema bancário de um país, seja em desenvolvimento ou desenvolvido, pode ameaçar a estabilidade financeira tanto do país quanto internacionalmente” (BCBS, 1997, p. 1).

Os bancos têm como atividade principal intermediar recursos. Segundo Santos (2000) captam recursos de seus clientes e do mercado e, posteriormente, sob forma de empréstimos repassam estes recursos com os quais realizam seus ganhos. Com esse processo existe o risco quanto ao não recebimento destes empréstimos pela concessão de crédito para clientes de alto risco.

De acordo com Crouhy, Galai e Mark (2004, p. 31), “é verdade que durante muitos anos os bancos concentraram seus esforços na avaliação do risco de crédito.” Agências de classificação, como a Moody’s e a Standard & Poor’s eram contratadas para avaliar a qualidade de crédito de grandes empresas que solicitavam empréstimos”.

Conforme Santos (2000), em 1994 com a implantação do Plano Real, os bancos passaram a se ajustar a uma nova realidade econômica em decorrência da queda da inflação. Como consequência, houve um aumento na concessão de empréstimos que possibilitaria a obtenção de maiores retornos aos bancos, mas, desta forma, houve uma maior exposição ao risco, o que tornou a análise e o gerenciamento do risco de crédito de fundamental importância para minimizar as perdas.

No caso de pessoas físicas, de acordo com o mesmo autor, “os exemplos mais tradicionais de crédito são os limites rotativos (cheque especial e cartão de crédito), o contrato de empréstimo, o crédito direto ao consumidor, o crédito imobiliário, e o *leasing*”.

Para fins empresariais, Santos (2000) destaca os contratos de capital de giro, vendor, adiantamento sobre contratos de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, financiamento à importação, resolução 63 (recursos captados do exterior), *leasing* e empréstimos do BNDES.

As instituições financeiras concedem estes créditos mediante a apresentação de alguma garantia de pagamento para assim reduzir o risco de não receber o valor concedido. E, antes de conceder o

empréstimo, os bancos avaliam a possibilidade de pagamento de cada cliente, bem como seus bens e sua situação financeira.

Santi Filho (1997) destaca que a ficha cadastral do cliente é sua base mais importante, nela deve ser refletida a performance do eventual tomador de crédito considerando a identificação, pontualidade, existência de restrições, experiência em negócios e atuação na praça, ou seja, como se relaciona com a comunidade.

No processo podem, eventualmente, ocorrer eventos inesperados que dificultem a devolução de empréstimos. Caso isso ocorra, pode-se realizar uma nova negociação de acordo com a situação do tomador. Santos (2000) destaca alguns aspectos que devem ser monitorados pelos analistas ao longo do processo, dentre eles: a) aparecimento de apontamentos restritivos no mercado de crédito; b) deterioração de índices financeiros; c) capital de giro negativo, descumprimento ou violação de cláusulas contratuais; d) solicitação de empréstimos urgentes ou não previstos; e) diminuição nas vendas e nos pedidos; f) venda de ativos; g) repentina sucessão administrativa; h) repentina solicitação de desvinculação de garantias acessórias do contrato de empréstimo.

Não se pode, no entanto, acreditar que não ocorrerão perdas. Marshall (2002, p. 386) afirma que “a gerência deve estabelecer provisões formais para suas perdas esperadas de maior porte. Não fazer isto equivale a pressupor que nenhuma dessas perdas ocorrerá”. As provisões são estabelecidas de acordo com convenções contábeis ou fiscais.

### 2.3 Acordo de Basileia

É fato conhecido que a concessão de empréstimos é a atividade básica da maioria dos bancos, que precisam fazer avaliações da capacidade de crédito dos clientes. Essas avaliações dizem respeito à capacidade do tomador de honrar com seus compromissos frente ao seu empréstimo. Em se tratando de pessoas físicas são analisados seus rendimentos mensais e para pessoas jurídicas a sua lucratividade.

O Acordo de Basileia I – Acordo de Adequação de Capital da Basileia, surge com o objetivo

de padronizar as normas de supervisão bancária relacionadas ao Patrimônio Líquido, de modo a compatibilizá-lo com o grau de risco da estrutura de ativos de uma determinada instituição financeira. Esse acordo foi firmado em 1988.

Em 2001, foi emitido um novo acordo denominado Novo Acordo de Capital de Basileia ou Basileia II que passou por um longo processo de discussão até ser emitido e foi estruturado sob três pilares.

O Pilar 1 refere-se ao Requerimento mínimo de capital, que segundo Martins, Oliveira e Silva (2007) diz respeito aos requisitos mínimos de capital dos bancos, tendo em vista os riscos de créditos assumidos. O Pilar 2, de acordo com os mesmos autores, refere-se à Revisão do Órgão Supervisor e, o Pilar 3, diz respeito à disciplina do mercado.

De acordo com Doornik et al. (2007) este acordo surge após a crise de 1997 que levou o mercado internacional a ter consciências dos riscos presentes nos sistemas bancários.

O autor afirma que com o novo acordo “a avaliação dos riscos operacionais é incorporada ao modelo padronizado, bem como o desenvolvimento de modelos próprios pelas instituições financeiras, de forma a refletir melhor as necessidades de capital, com a respectiva anuência do órgão supervisor e pelos demais integrantes do mercado”.

#### 2.4 Crise do *subprime*

Segundo a BBC News Business (2007), tradicionalmente os bancos concediam empréstimos (*mortgages*) com recursos oriundos de depósitos de clientes. A partir de 1996 adotaram novo modelo, vendendo as hipotecas no mercado de *bonds*. Assim, o mercado de *mortgages bonds* evoluiu de US\$ 2 bilhões em 1996 para perto de US\$ 7 bilhões até novembro de 2007.

Blackburn (2008) destaca que o gatilho para o *credit crunch* foi o *default* dos portadores de títulos *subprime* no último quadrimestre de 2006 e início de 2007, quando as taxas de juros subiram para segurar o dólar.

A crise do *subprime*, que se arrasta desde 2006, é caracterizada por significativas perdas nos financia-

mentos imobiliários, que conseqüentemente ameaçam o desenvolvimento das instituições financeiras, ou seja, a sua permanência no mercado.

Conforme Greenspan (2008, p. 6),

a bolha de habitação dos EU atingiu seu pico no começo de 2006 e foi seguida por uma abrupta e rápida retirada ao longo dos dois últimos anos. Desde a metade de 2006, centenas de milhares de proprietários de imóveis, alguns dos quais impelidos pela execução das hipotecas, trocaram suas casas próprias por moradias de aluguel, o que gerou um excedente de cerca de 600 mil imóveis residenciais vagos, em larga medida controlados por investidores, e estas unidades continuam à venda.

Em relação à bolha das hipotecas nos Estados Unidos, que sustentou o crescimento da economia norte-americana, Penin e Ferreira (2008, p. 17) destacam que:

no caso em questão, o crescimento da economia norte-americana após 2001 foi sustentado pelo aumento das hipotecas, validado por uma bolha no mercado imobiliário. Uma casa avaliada em US\$ 150 mil em 1997 passou a valer US\$ 250 mil em 2005, no auge do processo. Os valores de originação de hipotecas cresceram de US\$ 2 trilhões em 2002 para 3 trilhões em 2006, passando por um pico de US\$ 4 trilhões em 2004.

O valor de um imóvel praticamente dobrou no período de 1997 a 2005 e, de acordo com Lacerda (2007), “os recentes solavancos no mercado financeiro internacional, oriundos da incerteza no mercado imobiliário norte-americano denotam a complexidade do quadro econômico mundial”.

As perdas em função desta crise são consideráveis e, dependendo do tempo que ela se estender, pode trazer prejuízos irreparáveis para as instituições financeiras, bem como para outras instituições envolvidas neste processo. A seguir, o

comentário da *Fitch Ratings* sobre os reflexos da crise:

A Fitch Ratings divulgou em seu relatório que os bancos estão aumentando as provisões e estão interessados em buscar soluções para a crise. “A luz da escalada dos problemas de crédito, o tema principal para o trimestre foi o aumento da provisão para cobertura dos prejuízos com empréstimos, que incitou diversas instituições a aumentarem expressivamente o capital”. Destaca ainda que “os crescentes problemas de crédito induziram bancos a elevar as provisões, não só para cobrir os prejuízos com crédito de liquidação duvidosa, mas também para reforçar a provisão para prejuízos com empréstimos”. Os reflexos da crise do subprime não são sentidos somente nos bancos nacionais, mas também, são sentidos por bancos americanos, conforme mostra o relatório da Fitch. O banco Citigroup, banco americano, perdeu cerca de US\$ 5,1 bilhões neste primeiro trimestre de 2008 (FITCH..., 2008, p. B1).

A crise tende a permanecer em 2008 e 2009. Torres Filho (2008) comenta que a crise do *subprime* está distante do fim por ter uma grande quantidade de empréstimos, os quais sofrerão aumento de prestações e conseqüentemente os bancos perderão ainda mais.

Por outro lado, Rancière, Tornell e Westermann (2008) destacam que países que experimentaram crises financeiras ocasionais crescem mais rápido que outros de condições estáveis. O Brasil, segundo Exman (2008), se encontra entre os países com menor vulnerabilidade aos impactos da uma crise financeira global.

### 3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para atender o objetivo deste estudo, que consiste em analisar se as provisões para risco de crédito ou liquidação duvidosa aumentaram após

o surgimento da crise do *subprime* nos dez maiores bancos nacionais, selecionados de acordo com os seus ativos totais, foi realizado um estudo descritivo. Pesquisas descritivas, segundo Longaray e Beuren (2004), têm como objetivo descrever características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Triviños (1987) destaca que o estudo descritivo requer uma delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a pesquisa.

Quanto aos procedimentos, caracterizam-se como estudo documental pelo fato de terem como principal objetivo verificar as demonstrações contábeis por meio de uma análise nos relatórios de administração dos dez maiores bancos nacionais. Segundo Longaray e Beuren (2004), o estudo documental é uma pesquisa que tem como fonte apenas documentos. Os mesmos autores (2004) comentam que as pesquisas documentais baseiam-se em fontes que ainda não foram analisados cujos dados podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos do estudo.

E, quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa que, de acordo com Richardson (1999, p. 80) “estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Longaray e Beuren (2004) descrevem que pesquisas com abordagem qualitativa objetivam destacar características que não são observadas em estudos com abordagem quantitativa.

Inicialmente, foi definida a base de dados para a pesquisa. Foram escolhidos os dez maiores bancos nacionais com base em seus ativos totais, de acordo com a classificação do Banco Central, tomando-se como data base o exercício encerrado em 31/12/2007. Em seguida, foram acessados os relatórios anuais de administração de 2005, 2006 e 2007 de cada um dos bancos selecionados nos seus respectivos sítios e analisadas as provisões para risco de crédito anuais. A partir desta análise, construiu-se uma tabela para melhor visualização e posteriores conclusões.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O trabalho tem como objetivo a análise dos dez maiores bancos brasileiros, em relação à provisão do risco de crédito, como seguem: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Holding Financeira S.A., Caixa Econômica Federal, Banco ABN AMRO Real S.A., Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A., Banco Santander S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Safra S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. Para isso, foram analisados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2005, 2006 e 2007. É importante destacar que as provisões de riscos crédito apresentadas no final do exercício correspondem ao percentual de créditos passíveis de não recebimento no exercício posterior.

Com o intuito de facilitar a análise, foi elaborada a Tabela 1 em que constam os valores das provisões efetuadas pelos bancos selecionados nos respectivos anos.

Observando a Tabela 1, é possível verificar o aumento dos valores das provisões para risco de crédito em quase todos os bancos selecionados, ocorrendo uma variação significativa da evolução dos índices entre os bancos analisados e entre um exercício e outro.

Todos os bancos analisados apresentaram um aumento em seus valores de provisão para riscos de crédito do ano de 2005 para 2006, destacan-

do-se o banco Santander que aumentou o valor da provisão para 2006 em 1.426,59%. Os bancos HSBC e Safra apresentaram tímidos aumentos em seus valores provisionados. O Banco do Brasil foi o único a apresentar redução em suas provisões em 2007, apesar do aumento do valor da carteira de clientes, como identificamos na Tabela 2.

Na Tabela 2 são demonstrados os percentuais das provisões de risco de crédito sobre os valores totais dos créditos.

Como se observa na Tabela 2, das dez instituições analisadas, seis aumentaram em 2006 o seu percentual de provisão de riscos de crédito quando comparado com o valor efetivo dos créditos a receber a curto e longo prazos. Isto demonstra pouca preocupação pelos bancos analisados com os efeitos da crise do *subprime* sobre a economia brasileira.

Paralelamente, verifica-se que todas as instituições tiveram um aumento significativo nos seus valores de créditos, destacando-se os bancos Santander, Itaú, ABN AMRO Real e Votorantim que apresentaram os maiores índices de crescimento das carteiras de crédito.

Quando realizada uma análise geral do cenário apresentado pelas instituições, percebe-se que todos os bancos diminuíram os seus percentuais de provisão do exercício de 2006 para 2007 como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 1 – Provisões em R\$ mil dos bancos selecionados.

Banco	31/12/2005	31/12/2006	% de evolução 2005 - 2006	31/12/2007	% de evolução 2006 - 2007
Banco do Brasil	9.271.501	12.107.107	30,58%	10.898.664	-9,98%
Bradesco	4.958.649	6.646.038	34,03%	7.825.816	17,75%
Itaú	4.107.176	7.430.684	80,92%	7.925.660	6,66%
Caixa Econômica	4.405.834	5.120.693	16,23%	5.418.783	5,82%
ABN Amro Real	1.807.768	2.543.498	40,70%	3.146.482	23,71%
Unibanco	2.060.614	2.666.439	29,40%	2.993.675	12,27%
Santander	106.258	1.622.124	1.426,59%	1.805.873	11,33%
Votorantim	218.196	430.867	97,47%	565.602	31,27%
Safra	834.378	849.645	1,83%	849.785	0,02%
HSBC	1.568.110	1.585.470	1,11%	1.643.688	3,67%



**Tabela 2** – Percentuais de provisões sobre os créditos em R\$ mil dos bancos selecionados.

<b>Banco do Brasil</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
Créditos	130.340.638	166.458.283	195.170.304
Provisão de risco de crédito	9.271.501	12.107.107	10.898.664
% da provisão de risco de crédito	7,11%	7,27%	5,58%
<b>Bradesco</b>	2005	2006	2007
Créditos	97.804.763	119.414.782	159.913.748
Provisão de risco de crédito	4.958.649	6.646.038	7.825.816
% da provisão de risco de crédito	5,07%	5,57%	4,89%
<b>Itaú</b>	2005	2006	2007
Créditos	60.635.569	84.148.416	115.547.974
Provisão de risco de crédito	4.107.176	7.430.684	7.925.660
% da provisão de risco de crédito	6,77%	8,83%	6,86%
<b>Caixa Econômica</b>	2005	2006	2007
Créditos	46.301.721	55.446.865	65.447.179
Provisão de risco de crédito	4.405.834	5.120.693	5.418.783
% da provisão de risco de crédito	9,52%	9,24%	8,28%
<b>ABN Amro Real</b>	2005	2006	2007
Créditos	47.071.564	77.937.022	118.887.682
Provisão de risco de crédito	1.807.768	2.543.498	3.146.482
% da provisão de risco de crédito	3,84%	3,26%	2,65%
<b>Unibanco</b>	2005	2006	2007
Créditos	48.576.263	55.532.494	73.680.727
Provisão de risco de crédito	2.060.614	2.666.439	2.993.675
% da provisão de risco de crédito	4,24%	4,80%	4,06%
<b>Santander</b>	2005	2006	2007
Créditos	3.547.462	50.199.194	60.923.646
Provisão de risco de crédito	106.258	1.622.124	1.805.873
% da provisão de risco de crédito	3,00%	3,23%	2,96%
<b>Votorantim</b>	2005	2006	2007
Créditos	14.129.047	18.197.634	27.961.553
Provisão de risco de crédito	218.196	430.867	565.602
% da provisão de risco de crédito	1,54%	2,37%	2,02%
<b>Safra</b>	2005	2006	2007
Créditos	21.321.510	24.841.178	29.890.282
Provisão de risco de crédito	834.378	849.645	849.785
% da provisão de risco de crédito	3,91%	3,42%	2,84%
<b>HSBC</b>	2005	2006	2007
Créditos	22.976.790	28.940.330	38.275.359
Provisão de risco de crédito	1.568.110	1.585.470	1.643.688
% da provisão de risco de crédito	6,82%	5,48%	4,29%

**Tabela 3** – Percentuais de provisões sobre os créditos de curto e longo prazo em R\$ mil dos bancos selecionados.

<b>Banco do Brasil</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	9,77%	8,08%	5,78%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	4,57%	6,57%	5,40%
<b>Bradesco</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	5,37%	6,09%	5,60%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	4,46%	4,55%	3,75%
<b>Itaú</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	8,30%	8,06%	6,09%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	3,76%	10,36%	8,26%
<b>Caixa Econômica</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	7,47%	8,74%	7,67%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	11,57%	9,67%	8,68%
<b>ABN Amro Real</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	3,99%	3,72%	2,23%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	3,55%	2,58%	3,95%
<b>Unibanco</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	5,01%	5,62%	4,84%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	2,70%	3,22%	2,61%
<b>Santander</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	0,89%	0,98%	0,72%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	4,79%	5,66%	5,61%
<b>Votorantim</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	1,84%	2,86%	3,13%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	1,06%	1,64%	0,88%
<b>Safra</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	4,34%	3,84%	3,48%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	2,30%	1,81%	1,56%
<b>HSBC</b>	2005	2006	2007
% da provisão de risco de crédito – curto prazo	7,56%	6,38%	5,03%
% da provisão de risco de crédito – longo prazo	4,25%	3,13%	2,96%

A Tabela 3 mostra a porcentagem das provisões sobre os créditos de curto e longo prazo de cada uma das instituições analisadas.

Em 2005, apenas a Caixa Econômica Federal e o Banco Santander possuem um percentual de provisões a longo prazo superior às de curto prazo, já as outras instituições analisadas possuem os percentuais das provisões de crédito mais significativos a curto prazo.

Em 2006, a Caixa Econômica Federal e o Banco Santander continuam mantendo o percentual de créditos de longo prazo superiores e o Itaú também passa a concentrar a maioria das suas provisões a longo prazo.

Em 2007 une-se à Caixa Econômica Federal, ao Banco Santander e ao Banco Itaú o Banco ABN Amro Real passando a provisionar 1,72% a mais que os créditos de curto prazo. O Banco do

Brasil, Bradesco, Unibanco, Votorantim, Safra e HSBC mantêm os percentuais de provisões a longo prazo menores do que a curto prazo.

Pressupõe-se que os créditos concedidos a longo prazo sejam constituídos de volumes mais significativos de cada carteira, o que demandaria um maior prazo de pagamento. O crédito concedido a curto prazo, normalmente é constituído de empréstimos de valores menos significativos. Assim, o percentual das provisões de longo prazo deveriam ser superiores às de curto prazo, devido ao provável menor volume de oscilações econômicas neste período, possibilitando menores problemas com a inadimplência.

Nas instituições analisadas tal pressuposto não se confirma. A maioria dos bancos possui o percentual de provisão de riscos de crédito a longo prazo inferior às de curto prazo.

Dentro do estabelecido pela Resolução nº 2.682/1999 do Banco Central, a instituição deverá efetuar a provisão de riscos de crédito dentro de oito níveis. De posse dos resultados coletados conclui-se que as carteiras de crédito dos bancos analisados foram classificadas dentro dos níveis de baixo risco, pois o maior percentual provisionado foi de 11,57% pela Caixa Econômica Federal sobre os seus créditos de longo prazo.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste estudo foi analisar qual o impacto da crise do *subprime* nas provisões para risco de crédito nos dez maiores bancos nacionais. Para alcançar esse propósito foi realizada uma pesquisa documental por meio dos relatórios anuais dos bancos, disponíveis na Internet. Os relatórios anuais foram obtidos dos sítios dos referidos bancos.

Como primeiro passo, construiu-se uma tabela organizando-se os valores das provisões de cada banco nos três anos analisados e a evolução dos valores ao longo desse período.

Posteriormente, foi verificada a evolução dos índices de provisões de riscos de crédito entre os períodos analisados, identificando-se uma preocupação de 60% das instituições em aumentar as suas provisões no exercício de 2006, considerado ápice da crise do *subprime*. No exercício de 2007, ocorreu uma diminuição nos índices de provisão em todos os bancos, refletindo a redução do impacto da crise do *subprime* naquele período na economia brasileira.

Em um terceiro momento, foi realizada uma análise dos percentuais das provisões de riscos de crédito a curto e longo prazo, identificando-se pouca preocupação no aumento do índice em relação aos prazos de recebimento dos direitos.

Conclui-se por meio deste estudo que ocorreu pouca influência da crise do *subprime* no tratamento dos créditos dos bancos analisados. Essa pouca influência reflete o baixo impacto da crise pela confiança do mercado na estabilidade econômica do país e na capacidade do Brasil de mitigar os efeitos em nossa economia de crises que se originam no ambiente internacional.

Recomenda-se para futuras pesquisas, uma análise dos critérios utilizados para o cálculo das provisões para risco de crédito a curto e longo prazo nas instituições financeiras brasileiras. Recomenda-se também, em virtude da continuação da crise, replicar este estudo com os dados do exercício de 2008, assim que os balanços estiverem disponíveis.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.682/1999**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

BBC NEWS BUSINESS. **The U.S. subprime crisis**. London, 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/hi/business/7073131.stm>>. Acesso em: 21 out. 2008.

BCBS - BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Core principles for effective banking supervision**. Basle, Sept. 1997. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs30a.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

BLAKBURN, R. The subprime crisis. **New Left Review**, London, Mar./Apr. 2008. Disponível em: <<http://www.newleftreview.org/?view=2715>>. Acesso em: 22 set. 2008.

BM&F completa 22 anos. **Resenha BM&F**, São Paulo, n. 175. p. 25-33, jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

CAOUILLE, J. B. et al. **Gestão de risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

CROUHY, M.; GALAI, D.; MARK, R. **Gerenciamento de risco: abordagem conceitual e prática: uma visão integrada dos riscos de crédito, operacional e de mercado**. Rio de Janeiro: Qualitymark; São Paulo: SERASA, 2004.

DOORNIK, B. F. N. V. et al. **Transparência das demonstrações contábeis no Brasil após o acordo de Basiléia 2: um estudo temporal dos dez maio-**

res bancos do país. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

EXMAN, F. Países europeus estão mais vulneráveis do que os EUA. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 mar. 2008. Caderno A, p. 12.

FICHT: ajustes podem dar certo. **Gazeta mercantil**, São Paulo, p. B1, 15 maio 2008.

GREENSPAN, A. Jamais teremos um modelo perfeito de risco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2008. Caderno B, p. 6.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução da 5. ed. americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LACERDA, A. C. Uma crise ou um ajuste nos mercados. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 02 ago. 2007. Caderno A, p. 3, col. 1- 4.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em Contabilidade. In: BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 21-45.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARSHALL, C. **Medindo e gerenciando riscos operacionais em instituições financeiras**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MARTINS, G. R.; OLIVEIRA, E. C.; SILVA, A. C. B. Adequação de capital sobre a perspectiva

do Acordo Basileia II: estudo em instituições bancária brasileiras. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

PENIN, G.; FERREIRA, T. T. Evolução recente da crise do subprime: indicadores, reações e perspectivas. **Informações FIPE**, São Paulo, n. 332, p. 16-20, maio 2008.

RANCIÈRE, R.; TORNELL, A.; WESTERMANN, F. Systemic crisis and growth. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 123, n. 1, p. 359-406, Feb. 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTI FILHO, A. **Avaliação de risco de crédito**: para gerentes de operações. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, J. O. **Análise de crédito**: empresas e pessoas físicas. São Paulo: Atlas, 2000.

SAUNDERS, A. **Administração de instituições financeiras**. Tradução de: Financial Institutions Management. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito**: concessão e gerência de empréstimos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

SILVA, J. P. **Análise e decisão de crédito**: política e decisão de crédito, caráter, restrições e outras variáveis do risco, as garantias e os conglomerados de empresas, previsão de insolvência de empresas. São Paulo: Atlas, 1988.

TORRES FILHO, E. T. Entendendo a crise do subprime. **Visão do desenvolvimento**, n. 44, 18 jan. 2008. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao\\_44.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_44.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.